

USP decide contratar estrangeiros

O Conselho Universitário (CO), órgão de maior poder deliberativo da Universidade de São Paulo (USP), aprovou, na terça-feira, por 57 votos a 13, a contratação de professores estrangeiros para seus quadros. Antes da decisão, os docentes estrangeiros interessados em permanecer na USP com os mesmos direitos dos brasileiros eram obrigados a abrir mão da nacionalidade.

A deliberação do conselho questiona a lei que instituiu o Regime Jurídico Único do Servidor Público Federal, sancionada pelo presidente Fernando Collor em dezembro de 1990. O artigo 37 da Constituição brasileira determina que todos os cargos públicos são acessíveis apenas a brasileiros ou naturalizados.

Na opinião do diretor da Faculdade de Direito da USP, Antônio Junqueira de Azevedo, responsável por um texto que demonstra a legalidade da decisão do CO, na Lei do Regime Jurídico Único, o artigo 37 é interpretado de forma restritiva. Segundo Azevedo, quando a Constituição determina nacionalidade brasileira para o funcionário público, entra em choque com o artigo 207, no qual é garantida a autonomia para as universidades. "O que existe é uma diferença de interpretação de princípios", analisa.

A decisão do conselho foi classificada como "histórica" pelo reitor da USP, Roberto Leal Lobo e Silva Filho. Segundo o pró-reitor de pesquisa da universidade, Erney Plesmmam de Camargo, a medida tem um caráter "profilático", uma vez que a lei sancionada por Collor só atinge as universidades federais. "Em outubro, o governo estadual deverá sancionar a Lei do Regime Único para o servidor de São Paulo", adianta. "É possível que queiram proibir também aqui a atuação de professores estrangeiros."

A USP conta, hoje, com 169 professores estrangeiros, contratados como visitantes por dois anos e com direito a renovação por mais dois anos. Esses docentes, ligados a todas as áreas de conhecimento da universidade, não podiam até hoje ocupar qualquer cargo dentro da USP nem participar das decisões da universidade. "Quando mais se fala em modernidade no País, uma lei que não ofereça atrativos a pesquisadores estrangeiros é uma contradição", afirma Lobo.



Lévi-Strauss, Wataghin e Ungaretti: professores pioneiros em país "adormecido pelo torpor colonial"

Pioneiros da universidade trouxeram sonhos da Europa

LINA DE ALBUQUERQUE

Movido pela vontade de reviver as emoções dos primeiros viajantes dos Trópicos do século 16, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, então um desconhecido professor de filosofia de 26 anos, aceitou em 1935 um convite para ensinar sociologia na recém-criada Universidade de São Paulo (USP). Naquela época, dezenas de outros intelectuais europeus também embarcaram rumo ao projeto de criação da USP. Armando de Salles Oliveira, Júlio de Mesquita Filho e Fernando Azevedo convocaram Teodoro Ramos, primeiro diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, para uma missão histórica: recrutar professores na Europa para ocuparem cátedras na universidade.

Entre os pioneiros, estavam o poeta italiano Giuseppe Ungaretti (1888-1970) e o físico italiano Gleb Wataghin (1889-1986), considerado o "Pai da Física Nuclear do Brasil" e motivador de uma geração de físicos do porte de Mário Schemberg e Cesar Lattes. Roberto Leal Lobo, atual reitor da USP, é capaz de citar muitos outros, como o soció-

logo Roger Bastide, o botânico Felix Rawistcher, o químico Heinrich Rheinboldt, o zoólogo Ernest Breslau, o matemático Luigi Fantappie, o jurista Túlio Ascarelli e o geógrafo Pierre Monbeig.

No livro *De Perto e de Longe* (Nova Fronteira, 1990), resultado de sua mais longa entrevista, concedida ao jornalista francês Didier Eribon, do *Nouvel Observateur*, Lévi-Strauss caracterizava a atmosfera reinante naquele período: "Os paulistas consideravam-se a ala ativa de uma nação adormecida num torpor colonial. Foi para pôr a juventude paulista no nível da cultura européia que aqueles aristocratas burgueses decidiram criar a universidade". Os professores da França — muitos deles indicados pelo filósofo e psicólogo francês Georges Dumas (1866-1946) — contavam com grande prestígio no País. "A influência da França era muito forte no Brasil, desde o positivismo de Auguste Comte. "Para os brasileiros cultos, o francês era uma segunda língua", explicava o antropólogo.

Os mestres franceses, lembra Lévi-Strauss, formavam uma pequena comunidade. "Mas é preciso esclarecer

que esse grupo era muito centrífugo. Cada um de nós tinha a sensação de arriscar o sucesso ou o fracasso no Brasil. Então, cada um procurava cercar-se de uma corte que fosse exclusivamente a sua. Era bem francês, bem universitário, mas transportado para os trópicos, um pouco ridículo e não muito saudável", prosseguia o antropólogo. Apontado como um dos maiores historiadores da atualidade, Fernand Braudel (1902-1985), por exemplo, fazia questão de tratar os intelectuais mais jovens com certa superioridade. Lévi-Strauss o conheceu na USP em 1935.

A missão italiana teve também grande destaque. Segundo Lévi-Strauss, os professores de países diferentes sentiam-se concorrentes e frequentavam-se com discrição. Por esse motivo, ele não pôde conhecer profundamente mestres como o poeta Giuseppe Ungaretti, que entre 1937 e 1942 regeu a cátedra de Língua e Literatura Italiana na USP. Traduzidos no Brasil por Haroldo de Campos, os poemas de Ungaretti exerceram grande fascínio no professor Antônio Cândido de Mello e Souza, um de seus ex-alunos.